



Servidores federais querem ir à greve contra reformas

Cresce reação contra o governo

A pauta conjuntural, que inclui reformas como a previdenciária, a sindical e trabalhista e a universitária, somado ao fato de que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê o congelamento dos salários, levou a que os servidores federais se mobilizassem. A plenária do funcionalismo aprovou uma paralisação para o dia 23 de maio e também o indicativo de greve. Já no âmbito dos docentes das universidades federais, não há indicativo de greve, entretanto, a partir da discussão sobre a campanha salarial e tendo como base o indicativo das demais categorias do funcionalismo, o tema da greve vai entrar em pauta na reunião do setor das federais, no dia 2 de junho. Uma nova plenária dos SPFs está marcada para o domingo, dia 3.

O caldo de crise no setor público envolve outras questões, como a regulamentação do direito de greve. O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (MPOG), Sérgio Mendonça, admitiu que há uma pressão muito grande não só no governo federal, mas também de governadores e prefeitos para a regulamentação do direito a greve dos servidores públicos. Ele manifestou essa opinião no último dia 10 de maio, em Brasília, durante reunião com a bancada sindical ligada ao funcionalismo. Conforme o próprio Mendonça, a pressão não é a mesma no que se refere à regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que define as regras gerais para a negociação coletiva no serviço público.

O tema da reunião ocorrida no dia 10 foi a criação de um Grupo de Trabalho que teria a tarefa de

elaborar proposta para a institucionalização de um sistema de relações de trabalho no serviço público. Esse sistema trataria de negociação coletiva, solução de conflitos e mandato classista. A sugestão do secretário de Recursos Humanos foi de que esse GT seja formado de seis representantes da bancada sindical e seis do governo, com suplentes, metodologia de trabalho e calendário. Esse grupo, alertou o secretário, não teria muito tempo para trabalhar devido à pressão pela regulamentação do direito à greve.

PROJETO- O ANDES-SN defende que o governo retire do Congresso o projeto de lei (PLC 01/07) como pré-condição para discutir a constituição do Grupo de Trabalho que trataria da negociação coletiva no serviço público. O PLC limita os gastos do governo com os servidores federais e ainda regulamenta o PAC. A posição de retirada do projeto não é defendida pelas entidades ligadas à CUT, Fasubra, Fenajufe e Condsef. No entanto, o Sindicato Nacional dos Docentes, entre outras entidades, têm na retirada do PLC 01/07 um dos pontos da pauta de reivindicações lançada em março pelos servidores federais.

A opinião do secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, é de que os sindicatos devem buscar modificar o projeto por meio de sugestões apresentadas aos parlamentares. Segundo ele, o governo estuda uma maneira de negociar com os servidores, no entanto, não há possibilidade de reajuste acima do estabelecido no PLC este ano. De acordo com Mendonça, deverá haver espaço para essa discussão nos próximos anos.

(Fonte: ANDES-SN)

A visão 'oficial' sobre a greve

O que pensa o governo do ex-sindicalista, Luis Inácio Lula da Silva, sobre a greve no serviço público? Conforme publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, a idéia é prever um número mínimo de servidores que trabalharão durante as greves e o corte do ponto dos grevistas. Também é cogitado incluir no projeto a contratação temporária de trabalhadores para garantir a prestação dos serviços.

A exemplo do que ocorre no setor privado, o governo decidiu incluir no texto a realização de assembleias - com quórum mínimo - para formalizar a convocação das greves. O projeto também deverá estabelecer que os servidores terão de comunicar a greve com antecedência a um superior.

Ainda segundo o periódico paulista, a notícia sobre os detalhes da regulamentação foram interpretados como "traição" pelas centrais sindicais. "É um absurdo", reagiu o presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Carlos Ramiro de Castro. "Querem acabar com a greve do funcionalismo." E avisou: "Fizemos greve durante a ditadura e não é uma lei que vai nos impedir".



Ledi Pereira, 45 anos, auxiliar administrativo.

"Eu acho que não precisaria, porque ela foi mudada há pouco tempo. Mas se o governo está estudando essa possibilidade, acho que isso deve ser muito bem analisado, pesando os prós e os contras. Porque tem pessoas que estão se aposentando agora, e aí pode interferir".

Diniz Fronza, 40 anos, professor do Colégio Politécnico.

"Eu acho que é necessário uma reforma, mas não como ela está sendo proposta. É preciso que a diferença entre os valores de aposentadorias diminuam e termine com os supersalários. Para que não aconteça de algumas pessoas receberem até

50 mil (reais) e outras 350 reais. Outra questão que deve mudar são as exigências para se aposentar. Acho que deve ser por tempo de contribuição e não pela idade, deve ser pelo que elas trabalharam. Se continuar nesse ritmo vão ser mantidos privilégios, com salários distorcidos. Temos que ter um valor mínimo e um valor máximo, em cima do que foi descontado".



Imelina Teresinha Marchesan, 62 anos, assistente de diretor.

"Reforma para o funcionalismo público, eu penso que não. Mas para o trabalhador de empresas privadas sim, porque se aposentar com 40 anos é muito cedo. Da mesma forma que eu acho que os militares têm muitas regalias. Eu acho que tem que tudo igual, porque somos

regidos pela mesma constituição. Por que alguns têm privilégios e outros não".



ELES DISSERAM

"Quando um trabalhador faz greve numa fábrica ele está tentando causar prejuízo ao patrão. No caso do servidor público, não tem patrão. O prejudicado na verdade, não é o governo, é o povo brasileiro".

(Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em primeira entrevista coletiva formal neste mandato, Folha de São Paulo, 16 de maio de 2007)

"Algumas categorias entram em greve e ficam 40, 50, 60, 80, 90, 100 dias de greve e recebem pagamento. Você pode chamar isso de greve? Não. Isso são férias na minha concepção sindical".

(Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em primeira entrevista coletiva formal neste mandato, Folha de São Paulo, 16 de maio de 2007)

"A pizza já está no forno. Quem tem perguntas que incomodam o governo não tem direito a falar".

(Deputada Federal Luciana Genro (P-Sol/RS), ao ser impedida de fazer perguntas na CPI do Apagão Aéreo, Zero Hora, 18 de maio de 2007)